



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Política Social, Seguridade Social e Proteção Social)

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DO PRIMEIRO DAMISMO NO
BRASIL**

Bruna Almerinda Santos de Carvalho¹
Angela Maria Moura Costa Prates²

Resumo: O presente artigo tem como finalidade refletir sobre a história do primeiro damismo no Brasil e sua influência nas configurações das políticas sociais atualmente, bem como, na relação estabelecida com os usuários. O procedimento metodológico foi a revisão de referências bibliográficas. O trabalho está dividido em duas subseções, na primeira é descrita a história do primeiro-damismo e na segunda é analisada a influencia desse fenômeno nas políticas públicas. Dessa forma, busca evidenciar a relevância de retomar fatores históricos para a compreensão do retorno desse fenômeno na atual conjuntura brasileira.

Palavras-chave: Primeiro damismo – Políticas Públicas – retrocesso.

Abstract: This article aims to reflect on the history of the first-damismo in Brazil and its influence in the current sociopolitical configuration, as well as in the relationship established among the users. The methodological procedure was the literature review. The work is divided in two subsections, in the first is described the history of the first-damismo and in the second is analyzed the influence of this phenomenon on public policy. Thus, this article seeks to evince the relevance in recapturing historical factors to comprehend the return of this phenomenon in the current brazilian conjuncture.

Keywords: First-damismo – Public Policy – kickback

¹Acadêmica do 3º ano de Serviço Social na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), brunaa_carvalho@outlook.com

² Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centr o-Oeste (UNICENTRO), Doutora em Serviço Social, pratesammc@gmail.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno do primeiro-damismo reflete de maneira significativa na atual configuração da política social em todo o Brasil, uma vez que mulheres de políticos costumam ocupar cargos condizentes com a área social. E a política de assistência social tem a presença dessas mulheres como secretárias, onde as primeiras-damas são colocadas para tomar decisões e representar os interesses da mesma.

Neste contexto, o artigo tem como finalidade refletir sobre a história do primeiro damismo no Brasil e sua influência nas configurações das políticas sociais atualmente, bem como, na relação estabelecida com os usuários. Trata-se de uma pesquisa em referenciais bibliográficos, parte de um trabalho de pesquisa desenvolvido através da participação no Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). A pesquisa bibliográfica é um estudo de um conjunto de livros e artigos já produzidos sobre determinado assunto, por isso, ela consiste no exame e análise minuciosa desse manancial de teoria (RUIZ, 1979). Sendo assim, é desenvolvida a partir livros e artigos que norteiam a temática e auxiliam na compreensão do fenômeno primeiro-damismo.

A retomada histórica do surgimento do primeiro-damismo chama a atenção para o fato que tais características estão presentes nos dias de hoje e interferem diretamente na gestão dos serviços socioassistenciais. Nesse contexto se confunde a atuação pessoal da primeira-dama com o desenvolvimento das políticas sociais (em especial da política de assistência social), o que ocasiona conflitos de interesses, pois a atuação da primeira-dama ao longo da história está interligada com a caridade e a política de assistência viabiliza os direitos. Dessa forma, torna-se importante refletir a função da primeira-dama e como essa interfere na efetivação da política de assistência enquanto direito.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A história do Primeiro Damismo no Brasil

A seção abaixo tem por objetivo refletir sobre a história do primeiro-damismo no Brasil, abordando suas principais primeiras damas e seus papéis sociais desenvolvidos. O fenômeno do primeiro-damismo manifestou-se no contexto político brasileiro através dos cargos ocupados pelas primeiras damas, esposas e/ou mães de prefeito, presidente e



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

vereadores, entre outras. No entanto, é mais comum a atribuição do papel de primeira-dama para as esposas dos políticos, mas na história algumas mães e/ou filhas também ocuparam tal função. Nesse sentido, algumas indagações são pertinentes: Quem é a primeira-dama? E o que significa esse termo?

Primeira-dama é a designação que recebe a esposa de um político que ocupa várias posições no poder (KUPCZYK, 2015). A autora explica que o termo não é uma denominação oficial, mas é diariamente utilizado pelos meios de comunicação para caracterizar a figura feminina que tem alguma ligação afetiva com um governante (KUPCZYK, 2015). Estudos apontam que a figura da primeira-dama no Brasil surgiu no século XX com Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, tendo sua primeira participação na política no período da independência do país (TORRES, 2002).

Vale ressaltar, que as ações em prol do povo era a principal contribuição dessas mulheres, as quais influenciavam significativamente nos momentos de decisões políticas. Ou seja, seu marido era candidato e colocava essa mulher em ações de caridade, para ganhar popularidade e conseqüentemente confiança dos eleitores. E assim, nas eleições as pessoas votavam no candidato considerando as ações sociais que sua esposa realizava para a população.

As mulheres primeiras-damas inseriram-se de forma diferente, considerando as particularidades do momento político. Portanto, houveram mulheres que destacaram-se no governo de seu marido e outras nem tanto. Na República Velha, existiram inúmeras primeiras-damas no país. Mariana Cecília de Souza Meirelles da Fonseca ocupou a posição de primeira-dama entre o ano de 1889 até o ano de 1891. Era casada com o primeiro presidente do Brasil chamado Manuel Deodoro da Fonseca (KUPCZYK, 2015). A partir do período da República Nova, destacou-se entre as primeiras-damas Luísa Linhares, esposa de José Linhares, que governou o Brasil em torno de três meses (KUPCZYK, 2015).

Nesse momento da história ocorreu a participação da filha de Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro presidente do Regime Militar nomeada Antonie-la Castelo Branco no de 1964 até 1967, pois o presidente era viúvo. A primeira-dama Antonie-la acompanhava seu pai em solenidades oficiais, no entanto, não teve um grande destaque de participação (KUPCZYK, 2015). Fica evidente que não são apenas as esposas e mães que ocuparam tal posição, mas também as filhas. Posteriormente, Dona Marly Macieira Sarney, esposa do ex-presidente José Sarney atuou no mandato de seu marido, entre os anos de 1985 e 1990, e foi presidente do conselho da LBA (KUPCZYK, 2015).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A vinculação com as políticas públicas desenvolveram-se a partir desse fenômeno. Conforme destaca a autora, “[...] Getúlio cria uma instituição de bem-estar social para a atuação da primeira-dama. Ele institui a sua esposa na presidência da LBA com o objetivo de buscar a legitimidade do seu governo mediante a tática do assistencialismo como mecanismo de dominação política” (TORRES, 2002, p.86). A dominação política ocorria através da difusão da figura da primeira-dama, onde a mesma atuava de maneira a ganhar votos e confiança do povo. A lógica era a seguinte: uma vez que a primeira-dama ajudou a população, logo seu marido irá ajudá-la também.

A autora revela como a mulher de Vargas não preocupava-se em falar ou escrever sobre si, mas era analisada pela sua família que deixaram registros de como era o seu comportamento enquanto primeira-dama. No século XX, Darcy Vargas representava o modelo predominante de ser feminina, que era basicamente uma mulher destinada apenas para casar e cuidar dos filhos. Entretanto, Darcy acompanhou a carreira política de Vargas desde o início, isto é, além de ser mãe e esposa, diferenciou-se pela maneira que se destacou na carreira política de seu marido, participando ativamente do mandato de Getúlio Vargas, revelando assim, a multiplicidade de papéis que a mulher pode ocupar (SIMILI, 2004).

Dessa forma, embora a Legião Brasileira de Assistência (LBA) “[...] era uma instituição criada com o objetivo de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados pela Guerra e aos seus familiares” (SIMILI, 2004, p. 03), na prática seu objetivo tinha mais um adendo: inserir as mulheres dos políticos como tática governamental para que pudessem construir um elo entre os eleitores e o candidato, favorecendo seu governo. A LBA, expandiu-se em nível nacional no Brasil, pois a atuação da primeira-dama no Amazonas foi em nível nacional, vinculada às ações sociais desenvolvidas pela legião. Todavia, no estado do Amazonas essas mulheres não dirigiram a LBA, mas participaram de forma assídua (TORRES, 2002).

No período da Ditadura Militar no Brasil a imagem da primeira-dama ofusca-se, com restrição da Yolanda Costa e Silva, esposa do presidente da LBA, desenvolvendo ações assistencialistas, sobretudo no âmbito do Estado, provocando o trabalho das primeiras-damas estaduais (TORRES, 2002). Essas ações assistenciais eram o ato de fazer caridade, de ajudar as pessoas que viviam em situação de pobreza, na perspectiva de bondade para com a população. Essas ações alcançaram a esfera estatal e todas as mulheres de políticos assumiram essa função no primeiro damismo.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

No governo Collor esse fenômeno voltou a ficar mais evidente através de sua mulher Rosana Collor que percorreu o país dando a entender que estava visualizando as desigualdades entre a população e discursando sobre sua finalidade que era a de diminuir essas diferenças (TORRES, 2002). Portanto, o surgimento das políticas públicas está interligado com esse fenômeno, aliás, foi ele que abriu espaços para outras mulheres que destacaram-se na trajetória no primeiro-damismo no Brasil.

O primeiro-damismo manifesta-se de duas formas: de um lado favorecendo aos interesses de quem detém poder aquisitivo e de outro aparece o viés da ação voluntária praticada (TORRES, 2002). A autora expõe que essas mulheres deveriam ser sentimentais e apoiar o esposo, sem pensar em competir em nenhuma esfera com seu marido. Dentro dessa perspectiva, os papéis sociais pré-estabelecidos refletem no comportamento e nas relações sociais. Isso é comum numa sociedade machista e patriarcal como o Brasil. Para Saffioti (1987, p.8) “A identidade social da mulher, [...] é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher”. Assim, fica visível a influência da sociedade na construção dos papéis sociais e como a estrutura social pode modificar o comportamento do sujeito, pré determinando a maneira como ele deve se comportar ao longo de sua vida.

Essa construção social enfatiza o papel da mulher no campo dos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos e o esposo, atribuindo-lhe as características de docilidade e gentileza. É assim que a educação na instituição familiar exerce um papel fundamental para reforçar estereótipos e separar o que é atribuição feminina e o que não é, segundo os estereótipos de uma sociedade machista e patriarcal. Saffioti (1987, p.16), ressalta que “[...] o poder está nas mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres”. Nesse sentido, Torres (2002), aponta que a mulher primeira-dama tem que ser desprovida de qualquer intenção de disputar o poder com seu marido. Dessa forma, as autoras complementam-se nessa discussão.

Uma figura significativa do fenômeno chamou-se Eva Perón, a qual destacou-se na esfera do assistencialismo. Foi reconhecida como defensora dos humildes, dama da esperança entre outras titulações. Mesmo não sendo brasileira foi inspiração para as primeiras-damas do Brasil (TORRES, 2002). Já a prática do assistencialismo realizada de



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

maneira extraordinária pela Eva Perón era motivada pelo amor que sentia pelo seu marido e pelas pessoas.

O assistencialismo é a prática comum entre as primeiras-damas. Alayon (1992, p. 48), explica que o mesmo “[...] é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e perpetuar o sistema de exploração”. Atribui-se, por vezes, a responsabilidade dos acontecimentos à classe dominante, que no momento descrito criou essa ação social, com a finalidade de limitar as manifestações sociais diante do período de pobreza e miséria que vivenciavam. Essa é uma das faces do primeiro-damismo, que tem cunho religioso, uma vez que “[...] a assistência ao outro é também instrumento de materialização do simbólico, à medida que, no imaginário da primeira-dama em questão, por meio do mecanismo assistencial, ela estaria cumprindo um ensinamento bíblico” (TORRES, 2002, p. 139).

Historicamente a Igreja Católica exerceu um significativo papel nas ações filantrópicas, em que o primeiro-damismo estava interligado com moças da sociedade burguesa, que acreditavam que fazendo caridade estariam praticando um ensinamento bíblico, subiam os morros das favelas e iam até os “mais necessitados”. Como por exemplo, a primeira-dama Amine assimilava seu papel na participação política do governo de Lindoso como uma missão a ser cumprida de caráter religioso (TORRES, 2002). Nesse contexto, Mestriner (2008) afirma que a filantropia está relacionada ao amor do homem com o próximo e a humanidade, ou seja, remete-se a preocupação com o outro sem visar o lucro. É a prática do bem e a preocupação com o bem estar na sociedade, que pode, em sua representação social, indicar a garantia da condição digna de vida.

A filantropia faz alusão ao primeiro-damismo de Eva Perón, mas nesse momento está relacionado com o amor ao próximo, de caráter humanitário, é uma ação voluntária que visava à ideia de coletividade. Outro conceito que aparece nesse contexto é a benemerência, que trata-se das várias formas de esmola que se consolidou ao longo da história. Na igreja era desenvolvida através dos diáconos que visitavam as pessoas e visualizavam as necessidades e assim, o favor foi estabelecido como um desdobramento da benemerência. Dessa forma, os conceitos: assistência, filantropia e benemerência são compreendidas no Brasil com sentidos semelhantes e se complementam. Além disso, o papel do Estado desenvolvido junto à sociedade através desses conceitos é responsável pela manutenção da desigualdade no país (MESTRINER, 2008).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Nota-se que essas mulheres primeiras-damas também possuíam características maternas, representada na benevolência de suas ações, com véu do paternalismo³ sustentavam os usuários dos serviços, induzindo à passividade, tratando esses sujeitos como seres dependentes (TORRES, 2002).

Percebe-se que a influência dessas mulheres primeiras-damas e a forma como conduzem suas ações, exercem um papel fundamental no ciclo de dependência dos serviços prestados. Dessa forma, “[...] a representação social da atuação das primeiras-damas assume padrões arcaicos de relações sociais, que tornam natural a exclusão e potencializam a dependência dos subalternizados, implicando uma baixa ação de cidadania” (TORRES, 2002, p.106).

Diante disso, fica visível nesse fenômeno a sua intencionalidade ao estabelecer tais relações. Não se trata de empoderamento⁴ social, mas sim de uma vinculação caracterizada pela subordinação por parte dos sujeitos que necessitam dessas ações. Isso influencia fortemente nos momentos de eleições nos quais os maridos dessas mulheres primeiras-damas recebem vantagem pelas ações exercidas pelas mesmas. Torres (2002, p. 106), esclarece que “[...] retira do âmbito dos ministérios a autoridade da gestão de programas sociais e os subordina à primeira-dama, para, como é dito, ganharem direcionamento comum e um selo de preferência”.

Ocorre assim, o redirecionamento de programas que seriam próprios da gestão para as mulheres primeiras-damas, propaga-se uma ideia de estar ajudando a população, fazendo com o governo tenha benefícios nas eleições. Torres (2002) aponta que a representação social desse fenômeno reflete o modo de agir e pensar do grupo político vigente. Sendo assim, a primeira-dama atendia aos interesses do neoliberalismo, na maneira do estado dar liberdade à economia. As ações dessas mulheres tinham como finalidade ocultar as decisões tomadas pelos governantes.

³ “Paternalismo indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos. Para expressar tal política, nos referimos então, usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos ‘menores’” (BOBBIO;MATEUCCI;PASQUINO, 1998, p. 908-909).

⁴ O empoderamento é a “[...] lógica do indivíduo tem como propósito consolidar no sujeito um fortalecimento de sua autoestima e de suas capacidades de adaptabilidade ao meio social, proporcionando o desenvolvimento de agentes de autocuidado e cuidado com meio em que vive” (MUSIAL, 2016, p. 32).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ao longo dessa primeira seção, foi possível perceber e identificar a influência dos papéis sociais na construção da mulher primeira-dama e como ela direcionava suas ações. É perceptível que a mulher entendida como figura bondosa e dócil é apresentada como cartada política para atender as demandas e interesses de seus maridos/governantes. Além disso, é relatado os principais nomes desse fenômeno e em que momento da história aconteceu. É importante destacar que cada primeira-dama teve sua atuação característica com o momento vivenciado e as formas de governo de seu esposo. As percussoras de tal fenômeno foram Eva Perón (Argentina) e Darcy Vargas (Brasil), mulheres que destacaram-se no fazer político de sua época. Ressalta-se ainda, que a criação da LBA foi motivada pelo surgimento desse fenômeno e foi o início das políticas públicas, nos moldes distintos do que é hoje.

**2.2 A influência do Primeiro-Damismo nas políticas públicas no Brasil:
clientelismo, ajuda, amor o próximo.**

A assistência ao próximo foi uma prática constituída ao longo da história, manifestada por diferentes povos que sensibilizavam-se com as situações vivenciada pelos pobres, viajantes, doentes e entre outros grupos. Foram os grupos religiosos que consolidaram essa prática até os dias de hoje (SPOSATI, 2003), desenvolvendo sua legitimidade também na esfera estatal. A assistência foi sendo adaptada pelo Estado, ora como único para combater politicamente a Questão Social, ora pra solucionar a pauparização dos trabalhadores. E o Estado também direciona ações que é de sua responsabilidade para a sociedade civil (SPOSATI, 2003).

Nesse sentido, identifica-se a primeira face do Estado, como mediador e possível solucionador das expressões da Questão Social ocasionadas pela relação capital e trabalho, sendo a única perspectiva real de melhorias para a população. Assim, dá-se a entender que o que foi conquistado é porque o Estado propiciou, não conseguindo identificar que é apenas a efetivação de um direito garantido por lei.

Dessa forma, a intervenção estatal, diante a desigualdade extrema produzida, busca garantir condições mínimas de vida e de trabalho (SPOSATI, 2003). Portanto, torna-se visível os moldes minimalistas que o Estado estabelece diante das condições de desigualdade na sociedade, garantido meramente a possibilidade de subsistência dos indivíduos.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A criação de políticas públicas que visa dar suporte aos trabalhadores que não tem absorvida a sua força de trabalho e, portanto, possuem dificuldades quanto à sua subsistência é uma manobra governamental para mostrar-se solidário com os danos provocados pelo capitalismo. Essa atuação do Estado pretende demonstrar que o capitalismo, apesar das condições de explorações que determina aos indivíduos, possui o que considera face humanitária, como se realmente importa-se com as condições que ele mesmo determina (SPOSATI, 2003).

Sendo assim, criam-se políticas sociais para atender as demandas da classe subalternizada, demandas essas que emergem da relação de exploração do trabalho, dos baixos salários estabelecidos pelo capital, das condições precárias de trabalho que foram fixadas no início da industrialização e que ainda nos dias atuais não foi superada. Exploração que deixou marcas profundas no tipo de sociedade que se desenvolveu ao longo da história, que demarcou desigualdades sociais que se agravaram.

[...] as políticas sociais são mais que condições de reprodução das condições de vida do trabalhador: são formas de realização de direitos sociais e, conseqüentemente, da cidadania. Essa afirmação supõe um Estado, mesmo burguês, onde teoricamente os direitos são assegurados universalmente. Porém, o simples reconhecimento dessa universalidade não garante a realização da igualdade (SPOSATI, 2003, p. 34-35).

É através das políticas sociais que os grupos assalariados conseguem reproduzirem-se em seu cotidiano, ter acesso às oportunidades minimalistas ofertadas pelo governo. Todavia, as garantias dos direitos previstas em leis não garantem sua eficácia, nem a promoção de igualdade para todos. Assim sendo, a política social é um meio que o Estado adota para interferir nas contradições entre capital e trabalho e para exercer a função do consenso na sociedade, amenizando as possíveis tensões geradas dessa relação (SPOSATI, 2003).

Mas, no contexto brasileiro, o desenvolvimento da política social é envolvido em alguns fenômenos políticos, como o clientelismo, o amor ao próximo e a ajuda, que contribuem para desfigurar no âmbito das políticas sociais a lógica de direito social. Esses conceitos estão intimamente ligados ao fenômeno do primeiro-damismo. Assim, Silva (2009, p.4) afirma que “[...] grande parte das primeiras-damas ocupa cargos ligados à assistência social [...]” e que esses cargos ocorrem através de um convite de seu esposo. Nessa mesma direção, Oliveira (2003, p. 94) afirma que



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

[...] o clientelismo que constituía a trama da ligação da política no Brasil, sustentando, virtualmente todo ato político. A vitória eleitoral, anota, dependia do uso competente dessa forma de relação, que se caracterizava pela concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores, em troca da lealdade política e pessoal. Esse mecanismo funcionava, especialmente, para beneficiar interesses das elites sociais que exerciam o poder (OLIVEIRA, 2003, p. 94).

A autora identifica que o clientelismo está interligado com o fazer política de um determinado momento da história, pois é um instrumento significativo para que os candidatos alcançassem o apoio e votos suficientes para serem eleitos. Essa mediação ocorria através de empregos ou benefícios concedidos pelo candidato. Tal situação descrita ainda é uma realidade pertinente nos dias atuais. Como reafirma a autora “[...] a troca de apadrinhamento por serviços e lealdade continua sendo um sinal visível até nossos dias” (GRAHAN apud OLIVEIRA, 2003, p. 95).

Martins (1999) esclarece que o clientelismo no Brasil não dissolveu ao longo do tempo, mas modificou-se e está presente em muitas regiões no país, com uma nova configuração, com novos políticos. Além disso, compreende-se o clientelismo como um vínculo permeado pela troca de favores políticos para benefício econômico, que não necessariamente ocorre entre ricos e pobres, mas também entre poderosos e ricos (OLIVEIRA, 2003).

No Brasil o fenômeno clientelismo apresentou-se em três momentos, sendo eles: clientelismo tradicional, clientelismo de quadros e clientelismo de massa. Primeiramente, o clientelismo tradicional compreende-se como o processo de mediação institucionalizada a partir da relação entre o proprietário de terras com sua “clientela” com a finalidade de preservar o poder político. Um ponto de grande importância nesse tipo de relação é que o proprietário de terras tem uma ligação direta com seus clientes, ora através da troca de favores, ora pelo apadrinhamento que consiste basicamente no favorecimento e/ou proteção dos indivíduos (ANDRADE, 2005).

Dentro dessa perspectiva Powell apud Andrade (2005, p. 9), atribui características ao conceito, esclarecendo que trata-se de duas partes opostas no que se refere ao poder econômico, e como a relação vai se desenvolver entre os envolvidos está ligado a troca de serviços, por fim, reafirma que a relação patrão-cliente concretiza-se com o contato face a face.

O clientelismo tradicional manifestou-se em dois momentos, inicialmente no período do Governo Imperial 1840 a 1889, conforme Andrade (2005, p.96) expressa:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O pedido de Pero Vaz de Caminha foi a marca de nascença da política brasileira, sendo que a troca de apadrinhamento por serviços e lealdade política se desenvolveu ao longo dos séculos e continua sendo visível até a atualidade. O período da história brasileira analisada por Graham (1997a), compreendendo os anos de 1840 a 1889 - reinado do imperador Pedro II - evidencia que a ascensão e queda de famílias, clãs e partidos dependeram da distribuição habilidosa de cargos públicos, proteção e favorecimento em troca de lealdade política e pessoal.

Nesse sentido, compreende-se que o clientelismo esteve presente em todo o processo de construção da história do Brasil. Todavia, o clientelismo de quadros foi uma relação entre quem detém o poder político e os usuários das políticas públicas com uma mediação mais competitiva do que no clientelismo tradicional, isto é, a relação acontece através de intermediários instituídos pelo chefe político como representantes de uma determinada população (ANDRADE, 2005).

Nesse sentido, o clientelismo tradicional e de quadros, separam-se em dois níveis: primeiramente, no modelo de transação que acompanha essa relação, no clientelismo tradicional ocorre um vínculo de dependência e afetividade por parte do cliente. Já no clientelismo de quadro ocorre independência e a afetividade aparece de maneira equilibrada por parte do cliente. Posteriormente, no quesito recursos usados pelo patrão para consolidar esse relacionamento, o clientelismo tradicional utiliza-se de recursos pessoais, e o clientelismo de quadros faz uso dos recursos públicos (ANDRADE, 2005).

Salienta-se que o clientelismo pode gerar expectativas nos indivíduos, desenvolvendo um sentimento de proteção, seja ele no âmbito individual e em uma organização. Outro aspecto relevante sobre esse evento é que ele é um instrumento a serviços de múltiplos interesses, exemplificando isso, pode-se mencionar também o clientelismo de massa que consiste basicamente em intercâmbio de trocas entre partes que favorece ambos uma vez que a situação de desigualdade não afeta a efetividade das trocas que as duas partes necessitam para alcançar esse fim.

Portanto, ao analisar a influência do clientelismo nas relações sociais, é perceptível que esse evento esteve presente e ainda estará presente permeando muitas relações econômicas/sociais/políticas. No que se refere ao primeiro-damismo nota-se que o clientelismo é uma das características da relação da primeira-dama para com a população, que mais uma vez reforça o estereótipo de ajuda, de dependência por parte da sociedade no que deveria ser compreendido como um direito.

Desta forma, é fundamental assimilar o desdobramento do primeiro-damismo na política de assistência social, e como essa correlação é percebida na comunidade que



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

solicita esse serviço. Barros e Silva (2015), esclarecem que a assistência social era um recurso utilizado por diversas sociedades para tentar amenizar as situações de pobreza, miséria e exclusão social, no entanto, provinha da boa vontade do ser humano e estava interligada com as ações religiosas e de caridade.

Convém recordar a discussão já iniciada ao longo desse texto, onde às ações assistenciais eram entendidas de maneira imediatista. Desse modo, retoma-se a figura de Getúlio Vargas, presidente do Brasil que visualizou na assistência social uma saída para o enfrentamento da realidade vivenciada pelos familiares dos soldados que participavam da Segunda Guerra Mundial. No dia 28 de agosto de 1948 ele criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e inseriu dentro desse contexto sua mulher e primeira-dama Darcy Vargas (BARROS, SILVA 2015).

Assim, fica evidente a importância e a ligação direta do primeiro-damismo com a política de assistência social no Brasil, uma vez que foi por meio da inserção do evento com a primeira-dama Darcy Vargas que assistência social institucionalizou-se como uma ação do Estado. A LBA, um modelo de gestão embasado no primeiro-damismo que assumiu todas as ações de assistência social até o ano 1980, assim esse fenômeno tornou-se particularidade da administração da assistência social no país (BARROS, SILVA, 2015).

Dentro desse contexto, fica evidente que a figura da primeira-dama ganhou destaque, difundindo-se por meio da política de assistência social. As ações das mulheres primeiras-damas eram padronizadas na intenção de divulgar um tipo específico de governo, e a assistência social desenvolvida nesse período é bem distinta do modelo em que se encontra hoje. Sendo assim, fica visível na relação do primeiro-damismo com a assistência social o quão significativo foi a relação clientelista para reafirmar o entendimento que ainda nos dias atuais grande parte da população tem da política de assistência social. Como afirma Oliveira (2003, p.119) “A incidência do clientelismo na assistência social, por fim, pode ser caracterizada como decisiva, no sentido de imprimir a essa política, uma cultura que fragiliza a idéia do direito e fortalece a ideia da dádiva e do favor”.

Outro aspecto de grande importância para fortalecer essa discussão entre primeiro-damismo e assistência social é a cultura política, que significa o retrato de uma organização contínua que considera os valores sociais e a interferência que recebem através das situações políticas (OLIVEIRA, 2003). Na história da assistência social fica claro o quanto a cultura política é capaz de validá-la de modo emergencial e direcionada apenas às pessoas que encontram-se em situação de miséria e pobreza, compreendidas como predestinadas a



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

receber o apoio da sociedade que tem por intenção socorrê-las afirmando dessa forma a relação de dependência, diante de uma lógica que reconhece as desigualdades (OLIVEIRA, 2003).

O evento primeiro-damismo faz parte da cultura política desenvolvida em determinado período da história, em que se tornou necessária a divulgação da mulher do governante como tática política e a inserção das mesmas no meio político. Isso contribuiu para naturalizar a pobreza e o elo que aqueles que necessitam dos recursos e ações sociais criam com as ações assistenciais. Nos municípios se a primeira-dama não é secretária de assistência, ela esclarece a sociedade questões sobre a área social. Já quando ocupa o cargo de secretária deixa explícito o clientelismo, patrimonialismo e desprofissionalização, cumprindo assim sua função de ajudar o marido na manutenção do poder (SILVA, 2015).

É importante destacar que a separação da esfera privada e pública foi e é dificuldade característica desse evento, visto que, ao visualizar o quadro político construído ao longo da história, nota-se essa inserção da mulher primeira-dama em espaços onde eram desenvolvidas ações assistenciais. Atualmente, ainda existem cidades brasileiras que refletem esse quadro político, existem cargos ocupados pelas mulheres/mães/filhas de governantes. Além disso, é possível observar nos discursos dessas mulheres, na maneira como elas posicionam-se, sempre ressaltando que seus respectivos maridos/filhos/pais, implantaram determinada política porque se sensibilizaram com a situação, ficando evidente a maneira como é esperado que a sociedade veja as ações do governante. Nesse sentido, poucas vezes a política social é mencionada como direito conquistado pelos cidadãos.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Neste estudo ficou evidente a importância de retomar a história para compreender que o fenômeno primeiro damismo não é isolado e está entrelaçado com o assistencialismo e todo um debate teórico que a categoria de assistentes sociais vem ao longo do tempo lutando para sanar essa falsa ligação com a política de assistência social. Reconhece-se a importância para a legitimidade da política que os cargos de secretarias das mesmas sejam ocupados por profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o mesmo é válido para programas e projetos na área social.

Sendo assim, nota-se que é preciso romper com as relações clientelistas ainda existentes para que se possa fortalecer o âmbito na política de assistência social, dessa



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

forma compreendendo a complexidade dos serviços ofertados e do comprometimento com o usuário. Portanto, fazer alusão a história é de grande importância visto que é possível identificar conceitos e problemáticas do passado que se reconfiguraram e hoje dificultam os avanços no presente. O que se visualiza atualmente é o retorno e/ou o reforço das ações assistencialistas vinculadas ao primeiro damismo, desmantelando a lógica do direito social que vem sendo construída desde o processo de redemocratização do país.

REFERENCIAS

ALAYON, Norberto. **O assistencialismo na política social e no Serviço Social**. In: ALAYON, Norberto. *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza*. Tradutor: Balkys Villalobos de Netto. São Paulo: Cortez, 1992. (p.47-59);

ANDRADE, Edinara Terezinha de. **Democracia, Orçamento Participativo e clientelismo: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre/RS e Blumenau/SC**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005;

BARROS, Sheyla Alves e SILVA, Arabella Janne Mendonça da. **O primeiro damismo no Brasil: as inflexões do patrimonialismo na política pública de assistência social**. In.: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/primeiro-damismo-no-brasil-as-inflexoes-do-patrimonialismo-na-politica-publica-de-assistencia-social.pdf> Acesso dia 07 de março de 2019.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**; tradução Carmen C. Varriale. 11º Ed. Brasília, 1998. (p.909).

KUPEZYK, Maria Cristina. **Primeiras-damas no Brasil**. In.: KUPEZYK, Maria Cristina. *A influência do “Primeiro-Damismo” na política de Assistência Social no governo local do município de Guaratuba*. Matinhos, 2005. (p. 19-29);



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

MESTRINER, Maria Luiza. **Introdução**. In.: MASTRINER, Maria Luiza. O estado entre a filantropia e a assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (p. 13-54);

MUSIAL, Denis Cesar. **A voz dos usuários e dos profissionais sobre suas vivências ao serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)**. Irati, PR, 2016. (p.32);

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003. (p. 94-129);

RUIZ, João Álvaro. Metodologia **Científica: Guia para eficiência nos estudos**. 1ª Ed – São Paulo: Atlas, 1979;

SAFFIOT, Heleieth I. B. **Papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo**. In: SAFFIOT, Heleieth I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987. (p. 8-20);

SILVA, Lianzi Santos. **Mulheres em cena, as novas roupagens do primeiro-damismo na Assistência Social**. Dissertação (Mestrado), Departamento de Serviço Social, PUC, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15501/15501_7.PDF
Acesso em 03 de março de 2019;

SIMILI, Ivana Guilherme. **A construção de uma personagem: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/I/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf Acesso dia 01 de março de 2019;

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2003.

TORRES, Iraildes Caldas. **Relações de poder e memória das primeiras-damas na sociedade brasileira** In: TORRES, Iraildes Caldas. As primeiras-damas e a Assistência Social – Relações de Gênero e Poder. São Paulo: Cortez, 2002. (p.79-169).